

‘Roçou e derrubou matos despoticamente’: trajetórias de posseiros em uma zona de fronteira em expansão, final do século XVIII a XIX.

(VERSÃO PRELIMINAR - Ainda muito incompleta)

Laura Candian Fraccaro¹

Campinas durante o século XIX foi uma importante produtora de açúcar e café. Depois da Revolução Haitiana e da Guerra de Independência Americana, o preço do açúcar subiram e a competição entre os produtores caiu, desta maneira os produtores brasileiros, especialmente os do estado de São Paulo, conseguiram entrar no mercado internacional de açúcar.² Além da oportunidade que se abria para vender açúcar, esses produtores puderam contar com uma abrangente campanha feita pela Coroa portuguesa para povoar o estado de São Paulo. De homens importantes a pequenos agricultores que produziam alimentos, muitas famílias mudaram-se para Campinas, uma fronteira em expansão.

A grande produção de exportáveis permitia logo em seu início, um crescimento da economia interna e fornecia um mercado consumidor promissor. Os preços baixos dos cativos no começo do século XIX contribuía para que até mesmo os pequenos produtores pudessem iniciar sua escravaria e aumentassem a produção de alimentos para si e para as fazendas e municípios vizinhos. Porém, as grandes propriedades produtoras de açúcar continuamente necessitavam alargar seu território, ocasionado assim a expropriação daqueles que se estabeleciam em seu entorno.

Esses dois grupos migratórios provavelmente complementaram-se até um determinado momento, uma vez que os produtores de açúcar, com seus escravos, aumentavam a procura por alimentos no mercado local e também forneciam oportunidades de trabalho remunerado, ainda que sazonais.

No entanto, o que parecia ser uma boa oportunidade de negócio em um primeiro momento tornou-se uma estratégia perigosa, pois a proximidade com esses empreendimentos colocava em risco a propriedade de terras e as posses. Ainda que se tornar vizinho de um produtor de açúcar,

¹ Doutoranda em História Social da Cultura pela Universidade Estadual de Campinas, sob orientação do Prof. Dr. Robert W. A. Slenes e financiamento da FAPESP. (lauracfraccaro@gmail.com)

² EISENBERG, Peter. “Transformações na agricultura paulista”. In: *Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séc. XVIII e XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989, p. 317.

inicialmente, pudesse parecer sedutor para esses pequenos produtores, provavelmente também parecia bastante perigoso quando a permanência na terra tornava-se ameaçada.

A rápida expansão da população livre no fim do XVIII seguida por um crescimento modesto no começo do século seguinte indica que o fluxo migratório não foi constante para esse período. Na verdade, é possível que um grande número de famílias tenha deixado a cidade após a chegada e expansão dos produtores de açúcar. A partir de 1814, no entanto, a população permaneceu praticamente a mesma, revelando um cenário muito diferente, com 0,008% de crescimento ao ano até 1829. Para o mesmo período, a população escrava cresceu quase 7% ao ano.³

Paulo Teixeira demonstrou que a diminuição no crescimento da população livre significou uma mudança importante na composição da sociedade e da economia da cidade de Campinas. Ele argumenta que a cidade, que em sua fundação tinha o cultivo de alimentos para auto suficiência, depois da expansão do açúcar passou a ter sua produção voltada para o mercado internacional.⁴ Pesquisa anterior mostrou que entre 1814 e 1829, o número de domicílios que tinham como principal atividade cultivar alimentos caiu de 66% para 32%.⁵ Pode-se especular que esses pequenos produtores estavam tentando plantar cana, deixando para trás o cultivo de alimentos. No entanto, outras mudanças na configuração da sociedade mostram o contrário.

Primeiramente, no mesmo período, o número de chefes de domicílios brancos cresceu, assim como o número de escravos em suas propriedades. Se antes da expansão da economia de açúcar, os pequenos proprietários de 1-5 escravos representavam 16,1% da escravaria total, depois de 1829, a participação deles caiu para 8,2%.⁶ Além do mais, os tipos de domicílio também mudaram. Domicílios com uma pessoa apenas – composto por um indivíduo e seus escravos e sem parentes – tornaram-se mais representativos em 1829, enquanto o número de domicílios com casais e sem escravos diminuiu.⁷ Para Teixeira, essas mudanças em particular indicam que houve uma evasão de famílias de Campinas.

Meu objetivo principal é entender, as razões para essa mudança e as estratégias daqueles que persistiram em ficar em Campinas, mantendo as suas atividades agrícolas. A partir da análise de

³ *Idem*, p.358.

⁴ TEIXEIRA, Paulo E. “O processo migratório na formação de Campinas: 1765-1830”. Campinas, ABEP, Revista Brasileira de Estudos de População, 19(1):75-93, jan./jun. 2002, p.81.

⁵ FRACCARO, Laura C. *Vidas em liberdade: pequenos agricultores em Campinas, 1800-1850*. (Dissertação de Mestrado), Campinas: Unicamp, 2012, p.71.

⁶ TEIXEIRA, Paulo E. *Op.cit*, p.82.

⁷ TEIXEIRA, Paulo E. Mulheres chefes de domicílio: Campinas, 1765-1850. ANAIS do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP, Ouro Preto (MG), 2002, p.11.

trajetória de pequenos produtores, traçadas através dos maços de população, inventários e processos, eu apresentarei as escolhas feitas por esses indivíduos na condição contraditória em que se encontravam: vizinhos de propriedades produtoras de açúcar que eram simultaneamente vantajosas e ameaçadoras. Ao examinar as trajetórias vividas por esses agricultores, nós podemos entender como eles construíam arranjos produtivos e sociais vantajosos para cultivar alimentos dentro de uma economia em desenvolvimento.

Nesta apresentação, eu analiso, em particular, a Família Lopes e outros pequenos agricultores que perto dela viveram. Em 1800, Bento Lopes é acusado de invadir e fazer posse na sesmaria do Coronel José Joaquim Costa Gavião.⁸ Bento e sua família são descritos como pardos nos maços.⁹ Apesar de viver em outra cidade, Gavião obteve informações sobre a entrada de Bento em suas terras. O coronel leva-o à justiça para tentar expulsar Bento da propriedade. Bento, no entanto, não foi o único que foi levado a julgamento. A base de dados do Tribunal de Justiça de Campinas mostra que outros dez indivíduos foram acusados de invadir as terras de gavião entre 1800-1801.¹⁰

Mas, antes de fazer uma análise minuciosa da Família Lopes, vou investigar o grupo que entrou nas terras de gavião junto com Bento Lopes. De acordo com as testemunhas dos processos, todos esses posseiros começaram a roçar no mês de agosto, nove deles em 1799 e dois no ano seguinte. Todos decidiram começar a roça, plantando milho. Milho é conhecido como um grão de múltiplas funções, sendo essencial para a estratégia desses posseiros. Além de alimentar humanos, pode servir a animais e, ainda pode ser colhido num prazo de três meses. Para aqueles que pretendiam entrar no mercado local, o milho era uma forma segura de fazer esse investimento. Se o mercado oferecesse preços muito baixos, esses plantadores poderiam usar toda a colheita para alimentar seus animais e a si mesmos, o que seria impossível se arriscassem apenas na lucrativa cana de açúcar.

Roçar o milho não era em si uma atividade trabalhosa. Os viajantes dos sertões de São Paulo costumavam levar milho em seus deslocamentos e plantá-los sem que essa atividade lhe tomasse

⁸ Centro de Memória da Unicamp, Tribunal de Justiça de Campinas, Réu: Bento Lopes, Autor: José Joaquim Costa Gavião, Ano:1800, Processo: 0019, Ofício:1.

⁹ Arquivo do Estado de São Paulo, Maços de População, Campinas, 1816, p.43.

¹⁰ Centro de Memória da Unicamp, Tribunal de Justiça de Campinas, Ofício: 1, Processos: 9546, 9562, 9557, 9544, 019, 021, 9567, 9543, 9564, 029, 030.

tempo ou requisesse habilidade. Para efetuar seu plantio não era mais que necessário ter nada “além dos próprios grãos e um pedaço de pau.”¹¹

No entanto, para aqueles que quisessem uma produção de maior quantidade, a coivara se fazia indispensável. É nesse processo preliminar que grande energia e técnica eram necessárias. Dependendo da maneira e o momento em que fosse feita, a coivara poderia tornar o solo mais fértil.¹² Porém, o processo de derrubada de árvores em áreas ainda virgens poderia ser muito perigoso e, dificilmente, poderia ser feito individualmente. A presença de pessoas nos maços populacionais cuja profissão é “tombador de madeira”, “lavrador de madeira” e também “rolador de madeira” indicam que havia certa especialidade nesse trabalho.¹³ O desmatamento em uma propriedade de mata virgem fazia com que o preço dela ficasse duas vezes mais caro. Quando esse trabalho já havia sido feito em uma extensão de terra, ela se tornava mais cobiçada por outros produtores e era constantemente expropriada.¹⁴ É interessante notar que todos os processados por Gavião estavam há quase um ano em suas terras e, no momento do litígio, alguns já estavam colhendo, inclusive. Esperar a derrubada das árvores poderia ser uma estratégia desse importante sesmeiro para agregar valor maior a sua propriedade.

Como os esforços para começar uma roça no meio de densas florestas era enorme, esses posseiros precisavam da ajuda um dos outros e dos membros de suas famílias. Duas testemunhas apontaram que esses indivíduos não estavam sozinhos quando começaram a derrubada. Esses invasores contavam com seus “filhos”, “camaradas” e também com outras pessoas que trabalhavam nas roças de suas famílias.¹⁵ Quando o oficial de justiça foi até a casa de Manuel para avisá-lo do despejo, sua mulher respondeu: “ele não está, está na roça”, sem dar mais informações.¹⁶ Manuel não estava na posse que tinha feito. Estava na roça de outra pessoa, provavelmente de seu genro, como veremos mais para frente. Se ele estava trabalhando de forma remunerada ou ajudando alguém, nós nunca saberemos, mas certamente, nos dois casos, seu trabalho era bem vindo. Começar uma roça ou uma colheita é um trabalho coletivo. O fato de todos esses homens entrarem

¹¹ BASSO, Rafaela. A cultura alimentar paulista: uma civilização do milho? (1650-1750), (dissertação de mestrado), Campinas: Unicamp, 2012, p.55-56.

¹² DEAN, Warren. Ecological and Economic Relationships in Frontier History: São Paulo, Brazil. In: WOLFSKILL, George; PALMER, Stanley. (eds.) *Essays on Frontiers in World History*. College Station, TX: Texas A & M University Press, 1983, p.90.

¹³ Arquivo do Estado de São Paulo, Maços de População, Campinas, 1816, p. 8, 10, 16, 20.

¹⁴ DEAN, Warren. *Op.cit.*, p.85-6.

¹⁵ Centro de Memória da Unicamp, Tribunal de Justiça de Campinas, Réu: Clemente Pinto, Ofício:1, Processo: 9544.

¹⁶ Centro de Memória da Unicamp, Tribunal de Justiça de Campinas, Réu: Manuel Lopes, Ofício:1, Processo: 9543.

nas terras de Gavião ao mesmo tempo pode indicar que eles sabiam quão difícil seria começar uma roça sozinhos ou contando apenas com os membros de suas famílias.

O que eu pretendo demonstrar é que fazer uma posse poderia ser uma atitude pensada e planejada juntamente com os membros da família. Após um ano na terra de Gavião, Manuel recebe, como seu vizinho, seu genro que veio de Jaguari.¹⁷ O último também foi processado por Gavião. Uma das testemunhas afirmou que ele estava vivendo na casa de Manuel, mas tinha começado sua própria roça ao lado de seu sogro. Ter família e amigos perto de si, mesmo em uma posse vulnerável, poderia fazer o trabalho na roça ficar menos pesado. Para aqueles como o genro do Manuel que tinha interesse em se mudar para uma área de fronteira aberta, ter alguém para ajudar e guiar em uma cidade totalmente nova era muito importante.

Eu acredito que da mesma maneira que os produtores de açúcar permitiam que alguns agricultores fizessem sua roça nos limites da propriedade para se protegerem de intrusos,¹⁸ os posseiros também preferiam ter membros de sua família (estendida) e amigos no entorno de sua posse. Além de ajuda-los ora ou outra na roça, esses companheiros poderiam avisar o grupo todo sobre alguma investida feita pelos donos da terra. É necessário lembrar que era bastante comum para os proprietários da terra assumir para si a retirada desses posseiros, queimando as roças, matando os animais ou assinando os invasores.¹⁹ Em momento de instabilidades ou ameaças, ter família e conhecidos por perto poderia evitar maiores instabilidades.

Mudar para um lugar com membros da família já estabelecidos ajudou também Ana Brito e seus filhos, mulher parda de Atibaia que foi para Campinas em 1801, levando consigo oito filhos.²⁰ Na cidade, já moravam sua mãe Rita Parda, suas irmãs Quitéria e Apolinária Brito.²¹ Após mais de duas décadas, cultivando na cidade, Ana entrou com uma ação contra o herdeiro de Ignácio Cardoso no ano de 1829.²² A agricultora tentava vender sua terra, provavelmente, porque já estava com pouco mais de setenta anos e almejava morar com alguns de seus muitos parentes que viviam na cidade. No entanto, não conseguiu, pois sua terra pertenceria à extensa sesmaria herdada pelo filho

¹⁷ Centro de Memória da Unicamp, Tribunal de Justiça de Campinas, Réu: João Francisco, Ofício:1, Processo: 029.

¹⁸ DEAN, Warren. *Op.cit.* p.86.

¹⁹ DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Trad. Waldívia Portinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p.36.

²⁰ Arquivo do Estado de São Paulo, Maços de população, Campinas, 1801, fogo 250, Ana de Brito.

²¹ Centro de Memória da Unicamp, Tribunal de Justiça de Campinas, Autor: Joaquim Pires Britto, Ré: Apolinária Brito, Ação: Inventário, Ano: 1817, Of:1º P:478. Autor: Pedro Nunes de Moraes, Ré: Quitéria Brito, Ação: Inventário, Ano: 1812, Of:1º P:271.

²² Centro de Memória da Universidade Estadual de Campinas, Tribunal de Justiça de Campinas, Autora: Ana Brito, Réu: José Inácio Camargo e mulher, Ação: Libelo Cível, Ano: 1829, Of:1º P:1210.

de Ignácio. Ana pôde contar com a ajuda de seus cunhados, sobrinhos e padraostos como testemunhas do processo, apesar de não conseguir obter sucesso com a ação.

Contar com uma rede de conhecidos e familiares na cidade parece ter impulsionado a vinda de outros membros da família e criado uma maior sensação de segurança quanto às incertezas de fazer uma posse. Ana, no mesmo ano em que foi despejada, 1829, foi listada como agregada na casa de seu filho mais velho na cidade de Campinas.²³ Nesse ano, suas irmãs já eram falecidas e o auxílio que seu filho lhe prestou foi fundamental para lhe garantir o mínimo de estabilidade.

Viver perto ou no mesmo domicílio também ajudou os membros da Família Lopes. Através das informações do inventário e dos maços de população, é possível afirmar que Bento viveu junto no mesmo domicílio com seus filhos e filhas, netos e seus respectivos cônjuges.²⁴ Algumas casinhas pequenas e muito humildes foram listadas no inventário de sua esposa. E, consultando o maço de população de 1816, encontramos o domicílio de Bento com dezesseis pessoas morando juntas. Nesse ano, Bento já era viúvo, sua esposa tinha morrido no ano anterior.

Além de viverem juntos, eles compartilhavam algumas dívidas. Bento pediu, de acordo com o inventário de sua esposa, que um de seus genros devolvesse uma quantia que Bento havia emprestado para quitar dívidas de impostos. Em outro ponto do inventário, ele informou ao juiz que tinha mais empréstimos e dívidas do que a venda de sua terra poderia pagar e ainda afirmou que seu filho mais velho tinha se tornado o arrimo da família, ajudando-o. Bento estava com quase setenta anos e qualquer auxílio seria bem vinda. No entanto, manter a família tão perto poderia trazer alguns problemas. Um de seus genros tentou persuadir o juiz a vender todos os pertences, incluindo os animais que ajudavam na roça e a única cadeira que tinha na casa de Bento. Essa tentativa soou muito mal aos ouvidos de Bento que foi ao juiz afirmar que seus filhos e parentes agiam como completos estranhos.

No ano da morte de Bento, em 1839, a Família Lopes já estava em Campinas por quarenta anos. Diferente dos demais posseiros, Bento se recusou a sair das terras de Gavião, até o ano de 1811, quando temos a última informação sobre o processo de despejo. Devido à falta de informação

²³ Arquivo Edgard Leuenroth, Maços de População, Campinas, 1829, fogo 97, p.316.

²⁴ Centro de Memória da Unicamp, Tribunal de Justiça de Campinas, Inventário de Bento Lopes, Processo:2061, Of:1º, Ano: 1837 . Inventário de Ana Góis, Processo: 475, Of: 1º, Ano:1817. Arquivo do Estado de São Paulo, Maços de População, Campinas, 1816, p.43.

sobre os limites das propriedades, é quase impossível determinar se os Lopes permaneceram na mesma terra por tanto tempo.²⁵

Em algum momento desde sua chegada em Campinas, a família de Bento foi dona de um pedaço de terra em Campinas e começou a pagar impostos sobre suas plantações, como consta nos inventários. A única certeza é que essa família viveu na mesma área por todos esses anos. A sesmaria de Gavião estava localizada entre dois rios e após vendê-la, foi dividida em três diferentes proprietários que iniciaram seus empreendimentos açucareiros. A terra de Bento, descrita nos inventários, ficava localizada perto de uma dessas propriedades, na vizinhança do Mato Dentro.²⁶ Por alguma razão, a família escolheu permanecer perto de grandes produtores de açúcar.

No entanto, após dificuldades para se fixar em Campinas, os herdeiros venderam a terra para um vizinho logo após a morte de Bento. Através do inventário de Bento, nós conseguimos informações sobre os herdeiros e onde moravam. Metade deles tinham ido à outra cidade. Até o mais velho, que costumava ajudar Bento, tinha se mudado anos antes do inventário. Aqueles que ficaram eram suas filhas, todas viúvas. Esse movimento feito pelos herdeiros de Bento demonstra que a fronteira estava se movendo para fora de Campinas e aquelas pessoas a estavam seguindo. A cidade não mais oferecia significativas possibilidades para ganhar dinheiro plantando alimentos. Nenhum dos herdeiros demonstrou qualquer interesse em manter ferramentas ou animais listados no inventário de Bento, o que poderia indicar que eles não estavam mais plantando como Bento costumava fazer.

Vender no mercado local de Campinas estava se tornando cada vez mais difícil devido a competição com os grandes produtores de açúcar e senhores de escravos. Campinas não foi um caso isolado. A inserção na produção para o mercado internacional alterou a dinâmica de outras cidades no estado de São Paulo.

Em estudo sobre as cidades de Cunha, Jacareí e Areias, Luna e Klein analisam a mudança na composição demográfica dos produtores de alimentos e criadores de animais. Em Cunha, nas primeiras décadas do século XIX, a produção era destinada aos alimentos e o valor da produção de exportáveis representava menos de 5% do valor de todas as produções agrícolas. Apesar do uso intenso de escravos no cultivo de alimentos e na criação de animais, a escravaria era bem

²⁵ Os inventários descrevem os limites como “uma pedra grande rosada e desta segue a rumo direito procurando o meio da chapada e seguindo pela mesma chapada ou espigão divide com terras da viúva de José Domingues.”

²⁶ PUPO, Celso Maria de Mello. Campinas, município no Império: fundação e constituição, usos familiares, a morada, sesmarias, engenhos e fazendas. São Paulo: Imp. Oficial do Estado, 1983, p.140.

distribuída, não havendo grandes concentrações. Jacareí, por outro lado, dedicava-se à produção de alimentos, porém a partir da década de 1820, iniciou o cultivo de café. Diferentemente de Cunha, os produtores de café se tornaram responsáveis por cerca de um terço da produção de alimentos da Vila.²⁷ Areias e Jundiaí apresentaram um cenário semelhante para as primeiras décadas do século XIX. A participação dos produtores de milho sem cativos na produção diminuiu, assim como dos proprietários dos plantéis menores. A comparação fica clara:

Cabe lembrar que essas duas localidades, Jundiaí e Areias, eram importantes centros produtores de, respectivamente, açúcar e café. Assim, as unidades agrícolas dessas regiões estavam crescendo com o passar do tempo e desalojando os produtores menores, com ou sem escravos. O crescimento das unidades agrícolas que produziam milho, mas não produziam café ou açúcar, também revelou esse padrão de crescimento, resultando no predomínio cada vez maior da produção baseada no braço escravo e dos maiores produtores.²⁸

Esses produtores em Campinas, assim como em outras cidades do estado de São Paulo,²⁹ começaram a plantar alimentos, usando seus escravos. Além da competição, os impostos oneravam aqueles que tentavam vender seus excedentes. A maior parte dos empréstimos de Bento era para pagá-los, indicando que, apesar da ajuda que ele deveria ter de sua família, sobreviver de seus roçados estava se tornando muito difícil. A fronteira em expansão que levou a família Lopes à Campinas no final do século XVIII não fornecia mais as mesmas oportunidades quarenta anos depois.

Fontes

²⁷ LUNA, Francisco V. KLEIN, Herbert. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo de 1750-1850*. Edusp, 2005, p.304.

²⁸ *Ibidem* p.p 42-43.

²⁹ LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. *Escravidão africana na produção de alimentos. São Paulo no século XIX*. Estudos Econômicos, vol.40, nº 2, jun. 2010, p. 295-317.



I Arquivo do Estado de São Paulo, Maços de População, Campinas, anos de 1797, 1799 e 1816.

Disponíveis em :

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/macos_populacao

II Centro de Memória da UNICAMP, Fundo do Tribunal de Justiça de Campinas:

Réu: Bento Lopes, Autor: José Joaquim Costa Gavião, Ano:1800, Processo: 0019, Ofício:1.

Réu: Joaquim Lopes, Autor: José Joaquim Costa Gavião, Ano:1800, Processo: 9546, Ofício:1.

Réu: Jose Ribeiro, Autor: José Joaquim Costa Gavião, Ano:1800, Processo: 9562, Ofício:1.

Réu: Jose Camargo, Autor: José Joaquim Costa Gavião, Ano:1800, Processo: 9557, Ofício:1.

Réu: Clemente Pinto, Autor: José Joaquim Costa Gavião, Ano:1800, Processo: 9544, Ofício:1

Réu: Ignacio Lopes, Autor: José Joaquim Costa Gavião, Ano:1800, Processo: 21, Ofício:1.

Réu: Manoel Lopes, Autor: José Joaquim Costa Gavião, Ano:1800, Processo: 9543, Ofício:1.

Réu: João Francisco, Autor: José Joaquim Costa Gavião, Ano:1801, Processo: 29, Ofício:1.

Réu: Jose Lima, Autor: José Joaquim Costa Gavião, Ano:1800, Processo: 30, Ofício:1.

Réu: Jeronimo Barbosa, Autor: José Joaquim Costa Gavião, Ano:1800, Processo: 9564, Ofício:1.

Inventário de Bento Lopes, Processo:2061, Ofício:1º, Ano: 1837 .

Inventário de Ana Góis (Esposa de Bento), Processo: 475, Ofício: 1º, Ano:1817.

Ré: Apolinária Brito, Autor: Joaquim Pires Britto, Ação: Inventário, Ano: 1817, Of:1º P:478.

Ré: Quitéria Brito, Autor: Pedro Nunes de Moraes, Ação: Inventário, Ano: 1812, Of:1º P:271.

Autora: Ana Brito, Réu: José Inácio Camargo e mulher, Ação: Libelo Cível, Ano: 1829, Of:1º P:1210.

Bibliografia

- BASSO**, Rafaela. A cultura alimentar paulista : uma civilização do milho? (1650-1750), (dissertação de mestrado), Campinas: Unicamp, 2012.
- DEAN**, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Trad. Waldívia Portinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- DEAN**, Warren. Ecological and Economic Relationships in Frontier History: São Paulo, Brazil. In: WOLFSKILL, George; PALMER, Stanley. (eds.) *Essays on Frontiers in World History*. College Station, TX: Texas A & M University Press, 1983.
- EISENBERG**, Peter L., *Homens Esquecidos*, Campinas: Editora da Unicamp, 1989.
- FRACCARO**, Laura C. *Vidas em liberdade: pequenos agricultores em Campinas, 1800-1850*. (Dissertação de Mestrado), Campinas: Unicamp, 2012.
- LUNA**, Francisco Vidal e **KLEIN**, Herbert S. Escravidão africana na produção de alimentos. São Paulo no século XIX. *Estudos Econômicos*, vol.40, nº 2, jun. 2010, p. 295-317.
- LUNA**, Francisco V. **KLEIN**, Herbert. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo de 1750-1850*. Edusp, 2005.
- MARTINS**, José de Souza. *O Cativo da Terra*, 2ª edição, Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1981.
- MARTINS**, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP, SP*, 8(1): 25-70, maio 1996.
- PUPO**, Celso Maria de Mello. *Campinas, município no Império: fundação e constituição, usos familiares, a morada, sesmarias, engenhos e fazendas*. São Paulo: Imp. Oficial do Estado, 1983,
- TEIXEIRA**, Paulo E. “Mulheres chefes de domicílio: Campinas, 1765-1850”. In: XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2002, Ouro Preto - MG. ANAIS DO XIII ABEP, 2002.
- TEIXEIRA**, Paulo Eduardo. *Açúcar, escravidão e chefes de domicílios: Campinas, 1765 a 1829*. African slavery in the Américas: the Brazilian experience do XIII Congresso Internacional e História Econômica – IEHA, Buenos Aires, 2002. Disponível em: <http://historia_demografica.tripod.com/pesquisadores/teixeira/ieha-2002.pdf> . Acesso em: 20/02/2015.